

Editorial

Sílvia Helena Bastos de Paula
Olga Sofia Fabergé Alves¹

Este número do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), cujo tema central é **Ciência, Tecnologia e Autonomia**, traz reflexões sobre a relação da ética, com os direitos dos usuários, o contraponto destes direitos e a crescente demanda por acesso a insumos no sistema de saúde por via judicial. Ressalta, ainda, a necessidade de autonomia, tanto do poder público, quanto dos usuários, em face do complexo médico-industrial, visando a promoção de escolhas adequadas, concebendo que isso faz parte de uma mesma "imagem holográfica" do campo em que operam: os que buscam seus direitos, aqueles que os concedem, e os que exploram as necessidades sob a ótica do lucro.

Esta edição reúne produção majoritariamente interna, mas apresenta importantes contribuições de pesquisadores de outras instituições que elucidam aspectos da incorporação e avaliação de tecnologias em saúde. A geração ou introdução dessas nas organizações é um processo complexo e dinâmico que, muitas vezes, requer mudanças na estrutura e na forma de sua gerência.

O processo de produção de conhecimentos na área da Saúde e sua transmissão são complexos; a sua apreensão constitui um desafio constante para pesquisadores, gerentes e técnicos, assim como a sua assimilação pelos usuários. A avaliação tecnológica de saúde se desenvolve como resposta às necessidades do sistema: de compreender as conseqüências das mudanças tecnológicas em saúde e como instrumento auxiliar para vários processos de decisão referentes à adoção ou ao abandono de tecnologias.

O Instituto de Saúde redefiniu, em 2005, sua missão institucional, ou seja, sua função no sistema público de saúde do Estado de São Paulo, parte da infra-estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS). Reforça a sua proposta de origem, de desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas sobre a situação de saúde e a avaliação do desempenho de programas e serviços, objetivando gerar subsídios para a elaboração de políticas públicas e a colaboração na operação de estratégias que permitam elevar a qualidade do atendimento da Saúde. Sua ação engloba desde a avaliação de modelos de organização da atenção, a formação de recursos humanos para este sistema e para pesquisa, até a prestação de assessoria no campo da Saúde Coletiva.

Esforços foram empreendidos para agregar elementos de sua identidade institucional preexistente aos desafios impostos pelas necessidades de pesquisa e avaliação do sistema. O Instituto de Saúde (IS) se atualiza quanto à necessidade de pesquisa e avaliação tecnológica para o SUS; por isso, esta edição discute em diferentes momentos e espaços a questão da inovação científica e tecnológica, e da avaliação de tecnologias em saúde.

¹ Pesquisadoras do Instituto de Saúde e Responsáveis por esta edição.

Os estudos de avaliação tecnológica de saúde devem analisar a segurança, a efetividade e os custos das tecnologias de saúde e suas implicações éticas ao tornarem vulneráveis grupos da sociedade com sua produção, consumo e eliminação de resíduos.

Um conceito restrito de tecnologias em saúde refere-se aos “fármacos, dispositivos e equipamentos médicos, procedimentos médico-cirúrgicos e aos modelos de organização de sistemas de suporte utilizados no cuidado de saúde”, conforme definição de 1978 do *Office of Technology Assessment* (OTA). Segundo Emerson Merhy, essa definição, quando se trata da pesquisa em Saúde Coletiva, deve ser ampliada para as valises tecnológicas, com vistas em incluir todas as tecnologias usadas no cuidado pessoal e nas práticas de saúde (seja de promoção, prevenção ou assistência), para dar ênfase à importância das habilidades e aos conhecimentos específicos e necessários a sua utilização e adoção nos serviços e sistemas de saúde.

A edição traz matérias sobre a política de tecnologia no Estado de São Paulo, sobre aspectos éticos relacionados ao uso de novas tecnologias e uma tradução de expressivo documento europeu sobre a capacidade a ser adquirida pelos cidadãos/usuários para influir na escolha das melhores práticas de saúde. Versa sobre a regulação e a incorporação tecnológica de alta complexidade no SUS; biotecnologia, equidade e autonomia; formação de gestores para atuar em processos de incorporação tecnológica nesse sistema e uma breve consideração sobre a aplicação do método de avaliação de qualidade de serviços de Saúde da Família (AMQ), em Registro, estado de São Paulo.

Apresenta também artigos sobre tecnologias para Saúde Sexual e Reprodutiva, com os resultados sobre a utilização da contracepção de emergência nos municípios de São Paulo e sobre a aceitação do novo preservativo feminino pelas usuárias. Traz discussão sobre fármacos anoréticos no país e considerações sobre o que é um fármaco novo. Por fim, trata do Método Mãe Canguru, que constitui, na essência, a substituição da fonte de calor da incubadora pelo calor da mãe em prematuros, e a difusão da amamentação exclusiva e dos empreendimentos para realizá-la.

Este é um resultado do trabalho de pesquisadores do Instituto de Saúde que insistem, persistem e não desistem de oferecer à Saúde Coletiva o melhor de seus esforços captando recursos para os projetos que propiciem o desenvolvimento do SUS no Brasil.